

# **MUNICÍPIO DE RENASCENÇA CAISAN MUNICIPAL**

## **PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

**2016 - 2019**



## APRESENTAÇÃO

O Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Renascença, tem como objetivo garantir o acesso de todos a alimentos saudáveis e a água por intermédio de ações que facilitem a produção e o abastecimento, com o fortalecimento da agricultura familiar, da política de educação alimentar e nutricional e da disseminação de equipamentos de alimentação e nutrição.

Entre as diretrizes do plano, está o fortalecimento das políticas de transferência de renda, políticas da agricultura e meio ambiente, políticas da educação e políticas da saúde, dentre outras.

Com validade até dezembro de 2017, o Plano também prevê a promoção de garantia de mercado para produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e do acesso a terra, entre outras políticas públicas.

A partir das Diretrizes emanadas das conferências e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, metas e ações, foi elaborado este Plano, considerando as necessidades de nosso Município.

A partir da Adesão do Município ao SISAN Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituído pela Lei Federal 11.346/2006, o Município compromete-se a elaboração do Plano Municipal, visando garantir a efetivação das ações que promovam o direito humano à alimentação adequada.

O presente Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional aborda a contextualização e diagnóstico do Município, apontando índices que foram levado em conta na sua construção; a construção do SISAN e a implantação no Município, as Diretrizes que estão elencadas com os Programas/Projetos/Ações, os indicadores do monitoramento e avaliação e por fim as perspectivas e desafios para a Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

O plano configura-se em um instrumento que possibilita a efetivação das ações garantindo avançar e compreender a importância da intersetorialidade nesta Política Pública.

# CAPÍTULO I

## CONTEXTUALIZAÇÃO

### 1.0 - O Município

O Município de Renascença teve sua origem com a fusão de dois Distritos, ambos criados pela Lei n 790 de 14 de Novembro de 1951; Distrito de Vargem Bonita que na época pertencia ao Município de Pato Branco que cujo prefeito era o Sr. Dr. Ari Valdir Fraeff e do Distrito de Renascença que pertencia ao Município de Clevelândia o qual estava sendo ministrado pelo prefeito Sr. Dr. Sinval Martins de Araújo. Ambos os Distritos que estavam subordinados a Municípios diferentes achavam-se sub-divididos na época por apenas uma estrada, a estrada que ligava as cidades de Pato Branco a Francisco Beltrão e que entrecortavam ambas as sedes urbanas, vindo posteriormente denominar-se de Avenida Clevelândia e hoje Avenida Castelo Branco. Os primeiros moradores de terras a colonos gaúchos a catarinenses. Estas famílias de sulistas migraram em massa para esta região, a partir da década de 30. Como já foi explicado, da fusão de ambos os distritos e que resultou a criação de um novo Município, de cujo nome após consulta aos munícipes passou a denominar-se de Renascença, que origina-se do francês Renaissance. Foi criado pela Lei n 4.245 de julho de 1960 de cujo Governador do Estado do Paraná na época era o Sr. Moisés Lupion. Gentílico: renascenciano. (Fonte: Prefeitura Municipal de Renascença.)

Localização Teerrítório:



## ÁREA TERRITORIAL E DISTÂNCIA À CAPITAL - 2015

TERRITÓRIO	INFORMAÇÃO	UNIDADE
Área territorial	424,542	km <sup>2</sup>
Distância da sede municipal à capital	475,33	km

FONTE: ITCG-PR (Área), SEIL-PR (Distância)

## POSIÇÃO GEOGRÁFICA - 2015

POSIÇÃO GEOGRÁFICA	INFORMAÇÃO
Altitude (metros)	688
Latitude	26 ° 09 ' 29 " S
Longitude	52 ° 58 ' 08 " W

FONTE: IBGE

## ÁREA POLÍTICO ADMINISTRATIVA:

Informação	Fonte	Data	Estatística	
Número de Eleitores	TSE	2012	5.124	Eleitores
Prefeito	TRE	2013	Lessir Canan Bortoli	

## ÁREA SOCIAL:

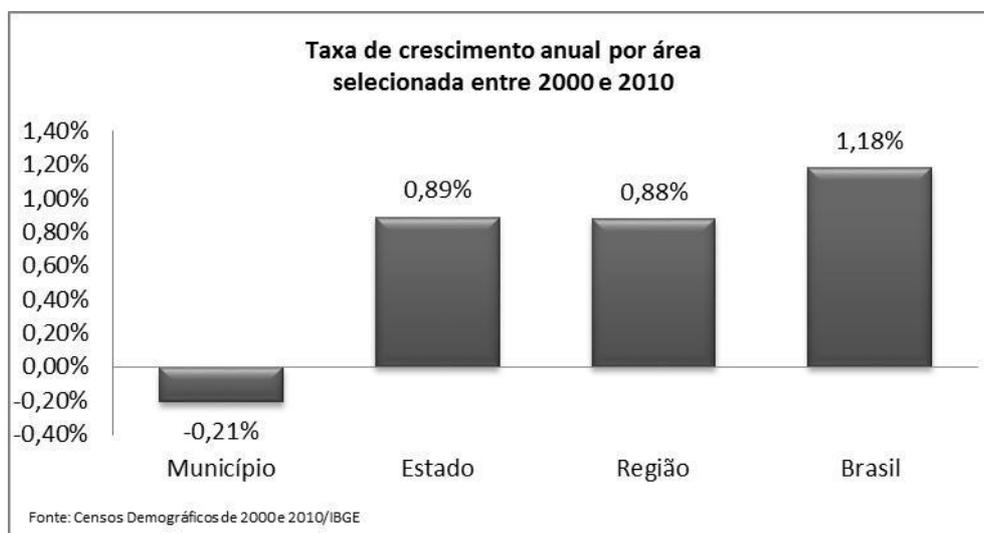
Informação	Fonte	Data	Estatística	
População Censitária	IBGE	2010	6.812	Habitantes
População Contagem I	IBGE	2007	6.762	Habitantes
População estimada	IBGE	2015	6.984	Habitantes
Número de Domicílios	IBGE	2010	2.402	Domicílios
Matrículas na Creche	MEC/INEP	2015	113	Alunos
Matrícula na Pré Escola	MEC/INEP	2015	76	Alunos
Matrículas no Ensino Fundamental	MEC/INEP	2015	962	Alunos
Matrículas no Ensino Médio	MEC/INEP	2015	286	Alunos

### 1.1 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população do município é de 6.812 habitantes.

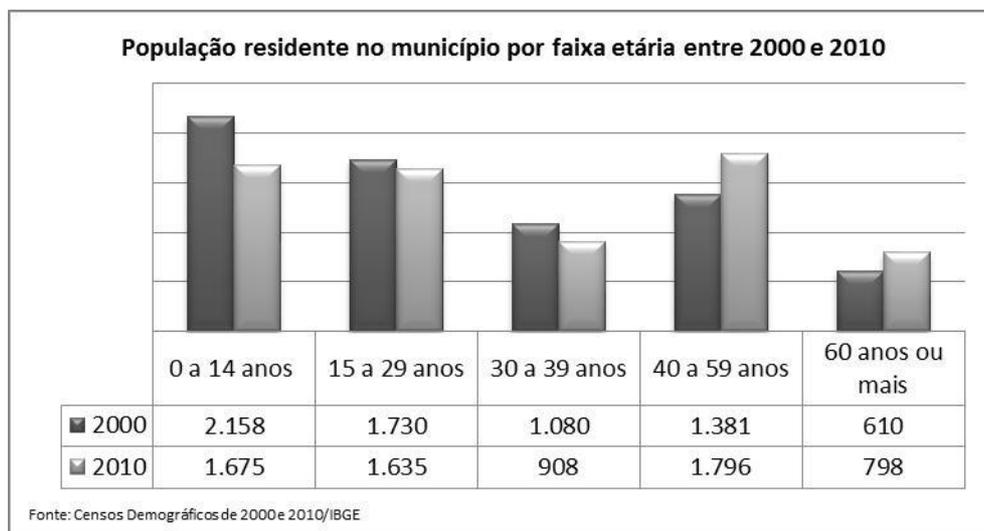
A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de -0,21% ao ano, passando de 6.959 para 6.812 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela

registrada no Estado, que ficou em 0,89% ao ano, e inferior a cifra de 0,88% ao ano da Região Sul.



A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 42,09% e em 2010 passou a representar 51,16% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,7% em média ao ano. Passou de 8,8% da população para 11,7% do total da população municipal.



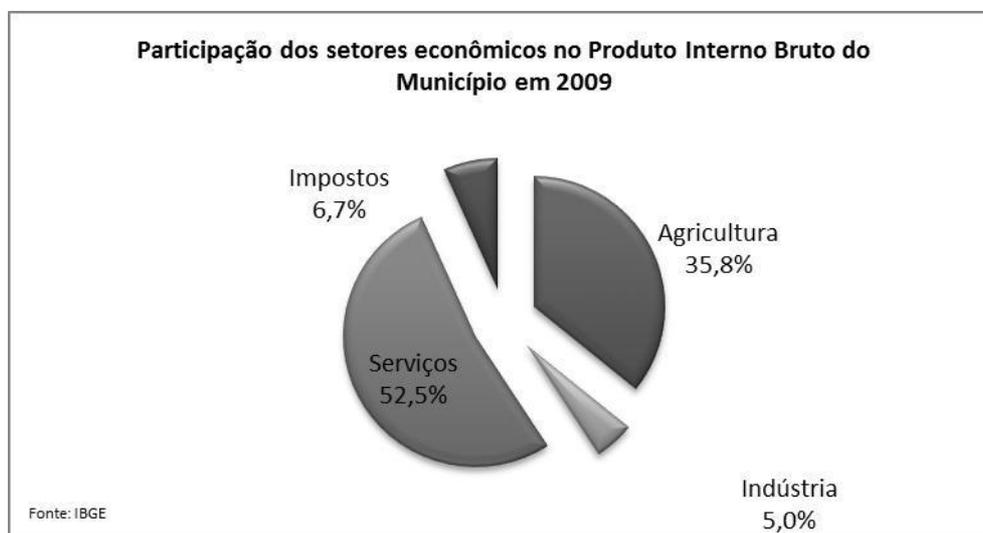
O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-2,5% ao ano). Crianças e jovens detinham 31,0% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 2.158 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 24,6% da população, totalizando 1.675 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,35% ao ano), passando de 4.191 habitantes em 2000 para 4.339 em 2010. Em 2010, este grupo representava 63,7% da população do município. No segmento etário de 0 a 14 anos, o censo registrou crescimento negativo com média de -2,5% ao ano. A população desta faixa etária é de 1.675 habitantes que representa 24,6% da população. Na faixa etária de 15 a 29 anos houve crescimento populacional, em média 0.35% ao ano totalizando 4.339, que representa 64,7% da população do Município. (Fonte MDS).

Conforme dados do Censo IBGE 2010, 1.635 são jovens de 15 a 29 anos. Entre a população total, 2.081 (30,5%) são negros (ou seja, se autodeclararam pretos ou pardos). Entre os jovens, 528 (32,3%) se autodeclararam negros.

## 1.2 – ASPECTOS ECONÔMICOS

Entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 65,3%, passando de R\$ 80,2 milhões para R\$ 132,5 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado que foi de 50,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,06% para 0,07% no período de 2005 a 2009.



A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 52,5% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 5,0% em 2009 contra 7,7% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de 7,7% em 2005 para 24,7% em 2009.



(Fonte: RI Panorama Municipal do MDS).

<b>Informação</b>	<b>Fonte</b>	<b>Data</b>	<b>Estatística</b>	
População Economicamente Ativa	IBGE	2010	4.061	Pessoas
População Ocupada	IBGE	2010	4.061	Pessoas
Numero de Estabelecimentos RAIS	MTE	2014	182	
Número de Empregos RAIS	MTE	2014	1.126	
Produção de Milho (em grão)	IBGE	2014	56.000	Toneladas
Produção de Soja (em Grão)	IBGE	2014	73.000	Toneladas
Produção de Trigo (em grão)	IBGE	2014	16.200	Toneladas
Produção de Feijão (em grão)	IBGE	2014	13.060	Toneladas
Produção de Aveia (em grão)	IBGE	2014	1.080	Toneladas
Produção de Mandioca	IBGE	2014	3.300	Toneladas
Produção de Batata Doce	IBGE	2014	336	Toneladas
Produção de Cana de Açúcar	IBGE	2014	825	Toneladas
Produção de Laranja	IBGE	2014	375	Toneladas
Produção de Tangerina	IBGE	2014	205	Toneladas
Bovinos	IBGE	2014	13.962	Cabeças
Equinos	IBGE	2014	210	Cabeças
Galináceos	IBGE	2014	645.000	Cabeças
Suíños	IBGE	2014	7.500	Cabeças
Ovinos	IBGE	2014	1.600	Cabeças
Rebanho de Vacas Ordenhadas	IBGE	2014	6.272	Cabeças
Produção de Leite	IBGE	2014	21.500	mil
Valor Bruto Nominal (produção agropecuária)	SEAB/DERAL	2014	205.053.463,79	1,00
Receitas Municipais	Prefeitura	2015	24.354.542,32	1,00
Despesas Municipais	Prefeitura	2015	22.230.297,45	1,00
Fundo de participação dos Municípios - FPM	MF/STN	2015	6.264.807,95	1,00

## INFRAESTRUTURA

<b>Informação</b>	<b>Fonte</b>	<b>Data</b>	<b>Estatística</b>	
Abastecimento de água	IBGE	2014	2.111	Domicílios
Esgotamento Sanitário	IBGE	2014	2.139	Domicílios
Energia Elétrica	IBGE	2014	2.031	Domicílios

Indicadores:

<b>Informação</b>	<b>Fonte</b>	<b>Data</b>	<b>Estatística</b>	
Densidade Demográfica	Ipardes	2015	16,45	Hab/Km2
Grau de Urbanização	IBGE	2010	51,16	%
Taxa de Crescimento Geométrico	IBGE	2010	-0,21	%
Índice de Des. Humano IDH-M	PNUD/IPEA	2010	0,733	
Índice Ipardes de Desempenho Municipal IPDM	Ipardes	2013	0,7135	
PIB per capita	IBGE/Ipardes	2013	30.282	R\$ 1,00
Renda média domiciliar per capita	IBGE	2010	830,82	R\$ 1,00
Índice de GINI da renda familiar per capita	IBGE	2010	0,5789	
Índice de Idosos	IBGE/Ipardes	2010	11,71	%
Taxa de Mortalidade Infantil	MS-Datasus/SESA/PR	2014	20,00	Mil nascidos vivos
Taxa de Analfabetismo 15 anos ou mais.	IBGE	2010	9,71	%
Valor Bruto Nominal de Produção Agropecuária	SEAB/DERAL	2014	205.053.463,79	R\$ 1,00

## PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS:

De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional nº 11.346/2006, do Governo Federal, a Segurança Alimentar e Nutricional consiste do direito a todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantias suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde.

O Município de Renascença, por ser essencialmente agrícola, apresenta produção significativa de alimentos, destacando-se na produção de grãos.

Destacam-se outros fatores a capacidade geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. Segundo dados coletados do IBGE em 2011, apontam que as cinco principais culturas de rebanho local são: Frangos, galinhas, bovinos, suína e caprinos.

Os dados das cinco principais culturas da agricultura que são: Produção temporária: soja, milho, trigo, feijão e mandioca e permanente: laranja, tangerina, uva, banana e erva-mate.

O município possuía 777 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 84% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 41% da área, ocupando 69% da mão-de-obra do setor, participavam com 43% do valor da produção agropecuária do município. Atualmente temos 553 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração Anual de Aptidão ao Pronaf). (Fonte Boletim MDS).

#### VALOR BRUTO NOMINAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - 2014

TIPO DE PRODUÇÃO	VALOR NOMINAL (R\$ 1,00)
Agricultura	126.044.532,15
Florestais	6.299.892,12
Pecuária	72.709.039,52
TOTAL	205.053.463,79

FONTE: SEAB/DERAL

#### RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA

O Índice Iparde de Desenvolvimento Municipal (IPDM) é um índice que procura captar para os Municípios do Estado do Paraná, estágios de desenvolvimento em suas dimensões mais importantes. São consolidados os índices parciais de renda e emprego, de educação e de saúde, e por fim, no índice geral, dado pela média simples dos três índices anteriores. Os índices apresentam variações de 0 a 1, números que representam respectivamente condições mínimas e máximas de desenvolvimento. O Município apresenta o índice de 0,7135

#### ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL (IPDM) - 2013

INFORMAÇÃO	ÍNDICE
IPDM - Emprego, renda e produção agropecuária	0,5528
IPDM - Educação	0,7562
IPDM - Saúde	0,8317
Índice IPARDES de desempenho municipal (IPDM)	0,7135

FONTE: IPARDES.

Com relação a condições de vida, a taxa de extrema pobreza da população no Município de acordo com o censo demográfico:

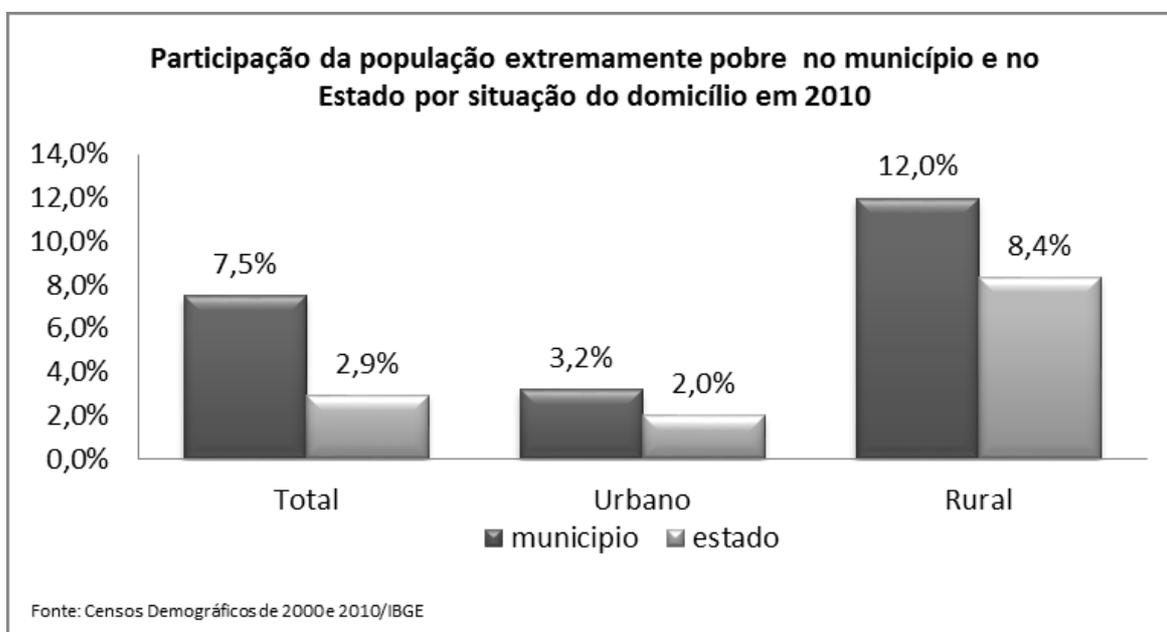
## ÍNDICE DE GINI DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA - 2010

Índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita

0,5789

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Mede o grau de concentração da distribuição de renda domiciliar per capita de uma determinada população em um determinado espaço geográfico. Tabulações especiais do IPEA Interpretação: Quando o índice tem valor igual a um (1), existe perfeita desigualdade, isto é, a renda domiciliar per capita é totalmente apropriada por um único indivíduo. Quando ele tem valor igual à zero (0), tem-se perfeita igualdade, isto é, a renda é distribuída na mesma proporção para todos os domicílios. Quanto mais próximo da unidade, maior a desigualdade na distribuição de renda.



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Panorama Municipal

Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 7,5% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (12,0% da população na extrema pobreza na área rural contra 3,2% na área urbana).

### 1.3 – ASPECTOS SOCIASSISTENCIAIS

#### O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

O Plano Brasil sem miséria foi lançado no ano de 2011 com a proposta de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros, que se encontravam em extrema pobreza no Brasil, com renda familiar mensal inferior a R\$ 70,00 per capita.

Para o acesso dos serviços, programas, projetos e benefícios, o Cadastro único para Programas Sociais coloca-se como o principal acesso ao Plano Brasil sem Miséria, possibilitando o registro das famílias que necessitam de intervenção do poder público, no funcionamento das redes de saúde, educação e assistência social

### CADASTRO ÚNICO E O PÚBLICO ALVO

INFORMAÇÃO	QUANTIDADE	FONTE
Estimativa de famílias de baixa renda – Perfil Cadastro Único	665	Censo 2010
Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família	420	Censo 2010
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – mês 06/2016	331	RI PBF/MDS

### DADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO - BASE DE DADOS DO MUNICÍPIO.

ANO	Famílias Extremamente Pobres: Renda até R\$ 77,00 Percápita	Famílias Pobres: Renda de R\$ 77,00 até R\$ 154,00 Percápita	Famílias de Baixa Renda: Renda até ½ SM Percápita.	Famílias acima de ½ SM Percápita	Total de Famílias	Total Pessoas
2013	353	643	899	-	1.017	3.345
2014	191	186	279	349	1.005	3.257
2015	130	167	342	380	1.019	3.281
2016	81	171	472	412	1.136	3.626

(Fonte: Relatório de Informações Sociais Bolsa Família e cadastro Único – MDS).

Total de Habitantes: 6.812 ( Censo 2010)      53% da população estão na base do Cadastro Único para Programas Sociais.

Total de domicílios: 2.402

Total de domicílios Zona Urbana: 1.264

Total de domicílios Zona Rural: 1.138

(Fonte IPARDES).

Situação do Domicílio	Famílias Extremamente Pobres: Renda até R\$ 77,00 Percápita	Famílias Pobres: Renda de R\$ 77,00 até R\$ 154,00 Percápita	Famílias de Baixa Renda: Renda até ½ SM Percápita.	Famílias acima de ½ SM Percápita	Total de Famílias	Total Pessoas
Urbanas	43	70	270	256	639	1.969
Rurais	38	101	202	156	497	1.657
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>	<b>171</b>	<b>472</b>	<b>412</b>	<b>1.136</b>	<b>3.626</b>

(Fonte: CECAD / SAGI - Cadastro Único).

#### TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Programa	Cobertura	Repasse total em 2015 (R\$)
Bolsa Família	337 famílias (abril de 2016)	606.762,00
Benefício de Prestação Continuada - BPC	88 pessoas (fevereiro de 2016)	789.110,59

Em 2015, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa Família (R\$ 1.395.872,59) representa 25,29 % do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 5.520.362,07). De 2004 a 2015, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de 164,00 %.

## Garantia de Renda

### Programa Bolsa Família

Em abril de 2016, o município tinha 337 famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 80,24 % do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 80,24 %).

Foram transferidos R\$ 45.964,00 às famílias beneficiárias do Programa em abril de 2016.

De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a abril de 2016, houve diminuição de 29,05 % no total de famílias beneficiárias.

Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superaram a extrema pobreza.

### Acompanhamento de condicionalidades

Ao entrar no Programa Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal.

INFORMAÇÃO	PÚBLICO	PERCENTUAL	MÉDIA NACIONAL
Condicionalidades da Educação – Frequência Escolar	Crianças e Jovens de 6 a 17 anos.	98,30%	86,70%
Condicionalidades da Saúde.	Famílias com crianças de até 7 anos e ou com gestantes.	90,74%	76,81%

## **ACESSO A SERVIÇOS**

### **Assistência Social**

O fortalecimento da agenda municipal da assistência social, em especial no que diz respeito à estruturação do SUAS, requer reforço no seu financiamento. É por isso que o MDS disponibiliza aos municípios recursos para a ampliação da rede e a qualificação de seus serviços.

Desde abril de 2016 o município tem em seu território:

- 1 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) co-financiado pelo MDS.

### **Brasil Carinhoso - Creches**

O objetivo é incentivar o aumento das vagas para as crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Bolsa Família nas creches públicas ou conveniadas com o poder público. E, com mais recursos, melhorar o atendimento às crianças e suas famílias. Para isso, o MDS complementa os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) repassados pelo MEC. São 50% mais recursos para cada vaga ocupada por criança do Bolsa Família.

<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE/PÚBLICO</b>	<b>VALOR SUPLEMENTADO DO MDS PARA CRECHE</b>
2012	15 crianças do PBF	10.221,30
2013	15 crianças do PBF	21.876,15
2014	19 crianças do PBF	27.198,28

- Total de crianças de 0 a 48 meses no município (Censo Demográfico de 2010): 375.

- Crianças de 0 a 48 meses no Bolsa Família no município em maio de 2014: 163.

### **Inclusão Produtiva**

#### **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Brasil Sem Miséria)**

O Pronatec Brasil Sem Miséria oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas com mais de 16 anos de idade, prioritariamente aqueles que estejam inscritos no Cadastro Único.

Os cursos são financiados pelo MEC, e ministrados por instituições de reconhecida qualidade técnica, como as entidades do Sistema “S” (Senai, Senac, Senat e Senar), a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e as redes estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica.

O aluno recebe todo o material escolar e didático, além da “assistência estudantil”, que consiste de alimentação e transporte, ou de recursos para custeá-los.

De janeiro de 2014 a dezembro de 2015, foram efetuadas 59 matrículas em cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria no município.

## **1.4 - AGRICULTURA**

### **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

O PAA integra o eixo inclusão produtiva do Plano Brasil sem miséria, o qual é voltado para a estruturação da capacidade de produção da agricultura familiar. O Objetivo do Programa é promover o acesso à alimentação adequada e saudável às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Município fez adesão ao PAA em junho de 2015 – Termo de Adesão nº 1943/2015. Este Programa é desenvolvido no Município da seguinte forma:

**IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA:** Cooperativa camponesa de Agroindustrialização e Comercialização LTDA – COOCAMP

A COOCAMP foi instituída em 27/06/2011 por um grupo de 22 agricultores (as) acampados e assentados da reforma agrária do sudoeste do Paraná. Iniciou os trabalhos com vistas a suprir necessidades comuns de seus fundadores, especialmente produzir alimentos saudáveis e com valor agregado, possibilitando maior renda e qualidade de vida aos agricultores e consumidores. Desde sua criação a COOCAMP desempenha trabalhos voltados ao fortalecimento de práticas agroecológicas e fomento a utilização de sementes crioulas e plantas medicinais, consciente de que tais atitudes geram qualidade e soberania alimentar, tributando vigorosamente para a erradicação da miséria em seus locais de atuação. Além disso, participa e executa desde o primeiro semestre de 2012 projetos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). No período de março de 2012 a julho de 2014, a COOCAMP beneficiou diretamente 257 famílias através dos projetos de Aquisição de Alimentos (PAA/CONAB), sendo tal atividade de extrema importância e demonstrando visíveis e expressivas melhorias no dia a dia camponês.

São 70 agricultores beneficiários do município de Renascença que são atendidos pelo projeto PAA, neste mesmo projeto são inseridos agricultores do município de Marmeleiro que somam também 70 famílias.

O projeto do PAA participa da modalidade Doação Simultânea na qual são atendidas duas unidades receptoras.

Nome	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANA SA					
Município	Cascavel					
Faixa etária Beneficiários	0 – 6 anos	7 – 14 anos	15 – 23 anos	24 – 65 anos	>65 anos	TOTAL
Nº de Beneficiários	3.000	3.000	3.000	5.000	1.000	15.000

Nome	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC – AR PARANÁ					
Município	Francisco Beltrão					
Faixa etária Beneficiários	0 – 6 anos	7 – 14 anos	15 – 23 anos	24 – 65 anos	>65 anos	TOTAL
Nº de Beneficiários	1.000	5.000	4.000	4.000	1.000	15.000

## **ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E ÁGUA SAUDÁVEL**

Foi criado através da Lei Municipal nº 1363, de 16 de dezembro de 2013 o Programa Cultivando Água Boa, para o incentivo das atividades de proteção de fontes no município de Renascença. O Programa visa a abertura e proteção de fontes de água, promovendo a melhoria na qualidade e quantidade de água nas propriedades rurais do Município, tendo como prioridade os Agricultores Familiares, através de incentivos como materiais e serviços de máquinas, sem nenhum custo para as famílias.

Através da Lei Municipal nº 1486 de 11 de maio de 2016, foi instituído no Município a Feira Livre para comercialização de hortifrutigranjeiros, produtos artesanais, comidas típicas e manifestações artísticas.

A construção do espaço adequado para comercialização está situada na Praça central do Município, com 12 espaços, dando oportunidades para a população de consumir produtos in natura e ou processados manualmente, produzidos de preferência sem o uso de aditivos químicos, agrotóxicos e adubos químicos.

### **1.5 - SAÚDE E NUTRIÇÃO:**

O Município de Renascença possui atualmente 01 UBS Unidade Básica de Saúde, 03 equipes (ESF) Estratégia Saúde da Família e 01 Núcleo de apoio à Saúde da Família, representando 100% de cobertura. A secretaria Municipal de Saúde conta ainda com o departamento de Vigilância em Saúde que é composta pela Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental.

Na questão da Segurança Alimentar e Nutricional as ações são destacadas no Núcleo de Apoio à Saúde da Família NASF e na Vigilância Sanitária.

O Núcleo de Apoio à Saúde da Família NASF é composto por uma equipe multidisciplinar. As ações especificamente relacionadas a SAN envolvem matriciamento de casos, visitas domiciliares, acompanhamento dos programas e ações de alimentação desenvolvidas na área de saúde. O estímulo da alimentação saudável e adequada é objeto de trabalho em todo o processo de atenção ao usuário.

A Vigilância Alimentar e Nutricional subsidia as ações e informa os dados antropométricos e de consumo alimentar dos usuários da Unidade de Saúde. Envolve avaliação, diagnóstico e monitoramento do estado nutricional dos usuários (alunos da rede municipal de ensino, crianças que recebem leite do Programa Leite das Crianças, beneficiários do Programa Bolsa Família, crianças e gestantes acompanhadas na Unidade de Saúde). Os dados são registrados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN e encaminhado automaticamente ao Ministério da Saúde. A partir do SISVAN podem-se planejar ações para melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional do Município.

#### **Informações quanto ao estado nutricional:**

##### **Crianças:**

Magreza	Eutrofia (Adequado)	Riscos de Sobrepeso (0-5 anos) sobrepeso (5-10) anos	Sobrepeso (0-5 anos) Obesidade (5-10 anos)	Obesidade (0-5 anos) Obesidade Grave (5-10)anos.	Total
06 – 2,09%	147 51,04%	59 20,49%	34 11,81%	42 14,58	288

Fonte: MS/SAS/DAB/Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI – 2015.

##### **Gestantes:**

Baixo Peso	Eutrofia (adequado)	Sobrepeso	Obesidade	Total
09 12,68%	33 12,68%	16 22,54%	13 18,31%	71

Fonte: MS/SAS/DAB/Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI – 2015

##### **Crianças Programa Leite das Crianças:**

Magreza	Eutrofia (adequado)	Riscos de Sobrepeso (0-5 anos) sobrepeso (5-10) anos	Sobrepeso (0-5 anos) Obesidade (5-10 anos)	Obesidade (0-5 anos) Obesidade Grave (5-10)anos.	Total
0	46 52,27%	21 23,86%	12 13,64%	9 10,23	88

Fonte: MS/SAS/DAB/Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI - 2015

#### **Crianças Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família**

Magreza Acentuada	Eutrofia (Adequado)	Riscos de Sobrepeso (0-5 anos) sobrepeso (5-10) anos	Sobrepeso (0-5 anos) Obesidade (5-10 anos)	Obesidade (0-5 anos) Obesidade Grave (5-10)anos.	Total
3 1,63%	87 47,28%	38 20,65%	25 13,59%	31 16,85%	184

Fonte: MS/SAS/DAB/Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI – 2015.

#### **Adolescentes Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família**

Magreza	Eutrofia (Adequado)	Sobrepeso	Obesidade	Obesidade grave	Total
2 0,9%	163 73,76	41 18,55%	14 6,33	01 0,45%	221

Fonte: MS/SAS/DAB/Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI – 2015.

#### **Gestantes Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família**

Baixo Peso	Eutrofia (Adequado)	Sobrepeso	Obesidade	Total
7 15,91	15 34,09%	9 20,45%	13 29,55%	44

Fonte: MS/SAS/DAB/Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI – 2015.

Atenção básica à saúde para crianças menores de 2 anos - 2015

Número de crianças pesadas 1.680

Número de crianças desnutridas 19

FONTE: MS/SIAB

NOTA: Dados sujeitos a revisão pela fonte. Posição, no site do Datasus, 15 de março de 2016.

Total de pessoas diabéticas: 166

Total de Pessoas Hipertensas: 885

Total que participam de grupos de apoio: 119

## **1.6 – EDUCAÇÃO**

A educação é um processo que tem como objetivo capacitar o indivíduo para agir conscientemente diante de situações novas da vida, com o aproveitamento da experiência anterior, tendo em vista a integração, a continuidade e o progresso no âmbito social, segundo as necessidades de cada um, a fim de serem atendidos, integralmente, o indivíduo e a coletividade.

Para tanto, a gestão da Educação no Município está voltada para a promoção de aprendizagem de qualidade, compatível com os desafios do momento, com planejamento

visando ações de médio e longo prazo, tendo em vista que as séries iniciais formam uma etapa extremamente importante para o desenvolvimento integral do ser humano. Os estímulos que uma criança recebe nos primeiros anos de vida definem seu sucesso escolar e contribuem para o desenvolvimento. A gestão democrática da escola, os materiais didáticos pedagógicos e a formação do professor são fatores determinantes para a qualidade social da educação, e estes devem estar preparados para a realização da docência formando indivíduos críticos e criativos, preparados para o pleno exercício da cidadania.

Atualmente, o total de alunos atendidos pela rede municipal de ensino é de 735. Destes, 601 estão matriculados na Escola Municipal Professora Ida Kummer. E 134, matriculados no Centro Municipal de Educação Infantil.

### **Alimentação Escolar**

A alimentação Escolar do Município faz parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

O PNAE garante, por meio da transferência de recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para as prefeituras, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (EI, EF, EM e EJA) matriculados em escolas públicas e filantrópicas em 200 dias letivos/ano.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, atender as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo, promover a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentares e nutricional.

### **Conselho da Alimentação Escolar – CAE**

O Conselho da Alimentação Escolar teve início no município de Renascença no ano de 1994, sendo renovado a cada quatro anos. Fazem parte do conselho de Alimentação Escolar, um representante do poder executivo; dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e discentes; dois representantes de pais de alunos; e dois representantes das entidades civis. Cada membro titular tem um suplente do mesmo segmento.

A função do CAE é acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar; zelar pela qualidade dos alimentos, em especial às condições higiênicas, a aceitabilidade dos cardápios oferecidos, realizando a análise da prestação de contas do gestor, registrado no SIGPC ONLINE, que emite o Parecer Conclusivo acerca da execução do Programa no SIGECON Online.

O CAE é essencial para o repasse de recursos do PNAE, caso deixe de sanar suas pendências e não apresente a prestação de contas dos recursos recebidos, o FNDE poderá suspender o repasse dos recursos.

### Cardápios da Alimentação Escolar

Os Cardápios da alimentação escolar da Escola Municipal Professora Ida Kummer e do Centro Municipal de Educação Infantil Girassol são elaborados pela Nutricionista, Responsável Técnica. Os cardápios são elaborados com a utilização de gêneros alimentícios básicos que são adquiridos via licitação, respeitando as referências nutricionais, os hábitos alimentares e a cultura alimentar da localidade.

Os cardápios são planejados para atender, as necessidades nutricionais estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A oferta deve ser de no mínimo 70% das necessidades nutricionais, distribuídos em, no mínimo, três refeições, para creches em período integral. No Centro Municipal de Educação Infantil Girassol são oferecidas quatro refeições diárias (cardápio diferenciado/adaptado para alunos do berçário).



Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE  
ANEXO III (cont.)

#### VALORES DE REFERÊNCIA DE ENERGIA, MACRO E MICRONUTRIENTES\* (cont.)

70% das necessidades nutricionais diárias												
Categoria	Idade	Energia (Kcal)	Carboidratos (g)	Proteínas (g)	Lipídios (g)	Fibras (g)	Vitaminas		Minerais (mg)			
							A (µg)	C (mg)	Ca	Fe	Mg	Zn
Creche	7 – 11 meses	450	73,1	14,0	11,3	-	350	35	189	7,7	54	2,1
	1 – 3 anos	700	114,9	21,9	17,5	13,3	210	12	350	4,9	56	2,1
Pré-escola	4 – 5 anos	950	154,4	29,7	23,8	17,5	280	19	560	7,0	91	3,5
Ensino Fundamental	6 – 10 anos	1000	162,5	31,2	25,0	18,7	350	26	735	6,3	131	4,7
	11 – 15 anos	1500	243,8	46,9	37,5	21,1	490	42	910	7,5	222	6,3
Ensino Médio	16 – 18 anos	1700	276,3	50,0	42,5	22,4	560	49	910	9,1	271	7,0
EJA	19 – 30 anos	1600	260,0	52,0	40,0	22,1	560	61	700	9,1	250	6,8
	31 – 60 anos	1500	243,8	46,9	37,5	20,0	560	61	770	7,5	259	6,8

\* Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2001; Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2003; Fibras, Vitaminas e Minerais – Referência da Ingestão Dietética (DRI) / Instituto de Medicina Americano (IOM), 1997 – 2000 – 2001. Adaptada.

Ofertar no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias quando ofertada uma refeição, para os demais alunos matriculados na educação básica, em período parcial. A Escola Municipal Professora Ida Kummer oferece 1 refeição pela manhã, 1 refeição a tarde.

**VALORES DE REFERÊNCIA DE ENERGIA, MACRO E MICRONUTRIENTES\***

20% das necessidades nutricionais diárias												
Categoria	Idade	Energia (Kcal)	Carboidratos (g)	Proteínas (g)	Lipídios (g)	Fibras (g)	Vitaminas		Minerais (mg)			
							A (µg)	C (mg)	Ca	Fe	Mg	Zn
Creche	7 – 11 meses	135	21,9	4,2	3,4	-	100	10	54	2,2	15	0,6
	1 – 3 anos	200	32,5	6,3	5,0	3,8	60	3	100	1,4	16	0,6
Pré-escola	4 – 5 anos	270	43,9	8,4	6,8	5,0	80	5	160	2,0	26	1,0
Ensino Fundamental	6 – 10 anos	300	48,8	9,4	7,5	5,4	100	7	210	1,8	37	1,3
Ensino Médio	11 – 15 anos	435	70,7	13,6	10,9	6,1	140	12	260	2,1	63	1,8
	16 – 18 anos	500	81,3	15,6	12,5	6,4	160	14	260	2,6	77	2,0
EJA	19 – 30 anos	450	73,1	14,0	11,3	6,3	160	17	200	2,6	71	1,9
	31 – 60 anos	435	70,7	13,6	10,9	5,7	160	17	220	2,1	74	1,9

\* Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2001; Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2003; Fibras, Vitaminas e Minerais – Referência da Ingestão Dietética (DRI) / Instituto de Medicina Americano (IOM), 1997 – 2000 – 2001. Adaptada.

### **Alimentos proibidos na Alimentação Escolar**

Aquisição de bebidas de baixo valor nutricional: refrigerantes e refrescos artificiais, bebidas ou concentrados à base de xarope de guaraná ou groselha, chás prontos para consumo e outras bebidas similares.

### **Alimentos restritos na Alimentação Escolar**

É restrita a aquisição de alimentos enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos (dois ou mais alimentos embalados separadamente para consumo conjunto), preparações semiprontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados (em pó ou desidratados para reconstituição).

### **Crianças com necessidades alimentares especiais**

Contamos atualmente, com quatro alunos matriculados no Centro Municipal de Educação Infantil Girassol e três alunos matriculados na Escola Municipal Professora Ida Kummer. Estes apresentam o atestado médico com diagnóstico de intolerância à lactose. Para estes são ofertados alimentos específicos: leite integral sem lactose, leite integral de soja, fórmula infantil de soja, iogurte sem lactose.

### **Avaliação Nutricional**

A avaliação nutricional tem como objetivo identificar os distúrbios nutricionais, possibilitando uma intervenção adequada de forma a auxiliar na recuperação ou manutenção do estado de saúde dos escolares.

É realizada a avaliação nutricional de todos os escolares uma vez ao ano (peso e altura), a classificação do estado nutricional é realizada através do Software WHO Anthro e Anthro Plus, onde são verificados o índice de massa corporal/idade, peso/idade e estatura/idade.

**Resultado avaliação nutricional Centro Municipal de Educação Infantil Girassol.**

<b>Resultado Avaliação Nutricional 2013</b>						
<b>Classificação</b>	<b>IMC/I</b>	<b>%</b>	<b>P/I</b>	<b>%</b>	<b>E/I</b>	<b>%</b>
<b>Adequado</b>	82	83,67	82	83,67	96	97,96
<b>Elevado</b>	15	15,31	15	15,31	0	0
<b>Baixo</b>	01	1,02	01	1,02	2	2,04
<b>Total de alunos</b>	98					
<b>Resultado Avaliação Nutricional 2014</b>						
<b>Classificação</b>	<b>IMC/I</b>	<b>%</b>	<b>P/I</b>	<b>%</b>	<b>E/I</b>	<b>%</b>
<b>Adequado</b>	86	86,00	86	86,00	98	98,00
<b>Elevado</b>	12	12,00	12	12,00	0	0
<b>Baixo</b>	02	2,00	02	2,00	2	2,00
<b>Total de alunos</b>	100					
<b>Resultado Avaliação Nutricional 2015</b>						
<b>Classificação</b>	<b>IMC/I</b>	<b>%</b>	<b>P/I</b>	<b>%</b>	<b>E/I</b>	<b>%</b>
<b>Adequado</b>	89	89,90	89	89,90	96	96,97
<b>Elevado</b>	09	9,09	09	9,09	0	0
<b>Baixo</b>	01	1,01	01	1,01	03	3,03
<b>Total de alunos</b>	99					

**Resultado avaliação nutricional Escola Municipal Professora Ida Kummer.**

<b>Resultado Avaliação Nutricional 2013</b>						
<b>Classificação</b>	<b>IMC/I</b>	<b>%</b>	<b>P/I</b>	<b>%</b>	<b>E/I</b>	<b>%</b>
<b>Adequado</b>	468	81,97	474	83,02	549	96,15
<b>Elevado</b>	67	11,73	67	11,73	0	0
<b>Baixo</b>	36	6,30	30	5,25	22	3,85
<b>Total de alunos</b>	571					
<b>Resultado Avaliação Nutricional 2014</b>						
<b>Classificação</b>	<b>IMC/I</b>	<b>%</b>	<b>P/I</b>	<b>%</b>	<b>E/I</b>	<b>%</b>
<b>Adequado</b>	465	79,35	470	80,20	561	95,74
<b>Elevado</b>	96	16,36	96	16,38	0	0
<b>Baixo</b>	25	4,26	20	3,42	25	4,26
<b>Total de alunos</b>	586					
<b>Resultado Avaliação Nutricional 2015</b>						
<b>Classificação</b>	<b>IMC/I</b>	<b>%</b>	<b>P/I</b>	<b>%</b>	<b>E/I</b>	<b>%</b>
<b>Adequado</b>	464	76,82	464	76,82	587	97,19
<b>Elevado</b>	125	20,70	125	20,70	0	0
<b>Baixo</b>	15	2,48	15	2,48	17	2,81
<b>Total de alunos</b>	604					

## **Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar**

Do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.

A aquisição de gêneros da Agricultura familiar no município de Renascença é realizada através de Chamamento Público, atualmente contamos com cinco agricultores familiares, que realizam as entregas de gêneros alimentícios no Centro Municipal de Educação Infantil Girassol e na Escola Municipal Professora Ida Kummer. Todos são agricultores familiares, organizados em grupos informais, detentores de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) Física, residentes no Município de Renascença, Estado do Paraná, e enquadrados na Lei Federal número 11.326 de 24 de julho de 2006 que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

## **Projeto Família na Escola**

O Projeto Família na Escola teve início no ano de 2013, e tem por objetivo estreitar as relações entre a escola e as famílias, atendendo possíveis necessidades educacionais.

O projeto é realizado em rodas de conversa com pais, conforme cronograma, com duração de 1h a 01h30min min. Participam das atividades os seguintes profissionais: Professor, Nutricionista, Psicóloga, Dentista, Fonoaudióloga, a Coordenação Pedagógica e os familiares dos alunos. Os encontros são preparados com palestras e encontros recreativos. Ao todo, no ano, são realizados 43 encontros com as famílias (34 na escola básica e 09 na creche). No ano de 2015 o projeto atingiu 94% de participação e 98% de aprovação, conforme pesquisa realizada.

## **Treinamentos Manipuladores de Alimentos**

São realizadas Capacitações/Treinamentos com os manipuladores de alimentos no mínimo uma vez ao ano, tendo com temas diversos como, Boas Práticas na Manipulação de Alimentos, preparos de alimentos, cardápios, trabalho em equipe, alimentação saudável e outros.

## **CAPÍTULO II**

### **A CONSTRUÇÃO DO SISAN E A IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO**

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela LOSAN Lei Federal nº 11.346/2006 que tem como objetivo promover, em todo o território nacional o direito humano à alimentação adequada. Trata-se de um sistema público, que possibilita a gestão intersetorial e participativa e a articulação entre os entes federados para a implementação das políticas promotoras da segurança alimentar e nutricional, numa perspectiva de complementaridade e otimização das potencialidades de cada setor.

O SISAN é integrado por uma série de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios afetos à Segurança Alimentar e Nutricional - SAN. Tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de SAN, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da SAN no país, com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

O SISAN – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional é composto por quatro elementos sendo:

- Conferências: Nacional, Estadual e Municipal;
- Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA: Nacional, Estadual e Municipal;
- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN: âmbito Nacional;
- Câmaras Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional- CAISAN: Estados e Municípios.
- Representantes da sociedade civil como órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional das três esferas de governo.

No Município, a criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional através da Lei Municipal nº 1202 de 04 de julho de 2011. É um órgão colegiado composto por representação governamental (1/3) e não governamental (2/3), objetivando propor diretrizes para o desenvolvimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 28 de junho de 2011 foi realizada a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no Município.



Em 19 de abril de 2013, foi aprovado o Regimento Interno do Conselho.

Através da Lei Municipal nº 1397 de 17 de setembro de 2014, foi criando no Município os Componentes do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional que são: a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; o CONSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e a CAISAN – Câmara Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 23 de outubro de 2014 o CONSEA Municipal aprovou através da Resolução 01/2014 a proposta de adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN do Município.

Na data de 11 de setembro de 2015 foi assinado o Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN – Termo de Adesão nº 019, processo nº 13.541.720-3.

Em 21 de março de 2016, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Resolução nº 01 que formaliza a adesão do Município ao sistema.

Uma das primeiras atribuições da Câmara Intersectorial de SAN é a elaboração do Plano Estadual, Distrital ou Municipal de SAN, de forma pactuada entre os diversos setores relacionados com a SAN e com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho de SAN.

Assim sendo, a CAISAN Municipal é responsável pela elaboração do Plano Municipal de SAN, observando os princípios e diretrizes estabelecidas pela Legislação Federal, com o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.



II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional.  
Em 16 de junho de 2016.

### **CAPÍTULO III**

#### **DIRETRIZES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.**

Com a instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Decreto Federal nº 7.272 de 2010 estabeleceu diretrizes, que estão sendo seguidas para elaboração do presente Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme Segue:

**Diretriz 1** – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

**Diretriz 2** – Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive os de base agroecológicas;

**Diretriz 3** - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

**Diretriz 4** – Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional, voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

**Diretriz 5** – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional;

**Diretriz 6** – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

**Diretriz 7** – Apoio às iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais;

**Diretriz 8** – Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Para cada diretriz, foram elencados os programas e ações desenvolvidas no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional no Município. Também foram elencadas as propostas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com sua respectiva descrição e relacionadas com as ações governamentais.

**Diretriz 1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.**

<b>Programa/Projeto/Ação</b>	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Fonte de Recursos</b>	<b>Comentário</b>
Programa Bolsa Família: programa de transferência de renda diretamente às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Integra o Plano Brasil sem Miséria que tem como foco a garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos. Possui três eixos principais: a transferência de renda que promove o alívio imediato da pobreza; acesso aos direitos sociais básicos - saúde, educação, assistência social; as condicionalidades em cada área reforçam o acesso aos direitos sociais básicos, ações estas que se complementam, de modo que as famílias beneficiárias consigam superar a situação de vulnerabilidade.	MDSA  Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria de Assistência Social Secretaria de Saúde Secretaria de Educação	Federal Municipal	Acompanhamento das condicionalidades: Avaliação semestral com os beneficiários perfil saúde, acompanhamento da frequência escolar e acompanhamento das famílias beneficiárias priorizando a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social.
Programa Promover Famílias: Programa Municipal desenvolvido no CRAS Centro de Referência de Assistência Social, com objetivo de promover aquisições sociais e materiais às famílias em situação de extrema pobreza com trabalho social pelos profissionais da Assistência Social e entrega de uma cesta-básica de alimentos por mês, conforme critérios do programa.	Secretaria Municipal de Assistência Social.	CRAS	Municipal	
Programa Nacional de Alimentação Escolar: Contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos de alimentação saudáveis, por meio da oferta de alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional.	Secretaria Municipal de Educação	FNDE/MEC	Federal e Municipal	

Serviço Municipal de Alimentação Especial: fornecimento de dieta enteral ou fórmula infantil a pessoas com necessidades alimentares especiais – leite etc.	Secretaria Municipal de Saúde		Municipal	
Programa Estadual leite das Crianças: Instituído pela Lei Estadual nº 16.475/2010 como um direito às crianças de 6 a 36 meses de idade, com renda per capita familiar de até ½ Salário Mínimo do Estado, com o objetivo de auxiliar das deficiências nutricionais das crianças. O Programa consiste na distribuição gratuita e diária de um litro de leite tipo pasteurizado, enriquecido com Ferro Quelato e Vitaminas A e D.	Secretaria Municipal de Assistência Social	SEED SEDS Secretaria Municipal de Saúde. Comitê Gestor Fome Zero.	Estadual Municipal	Secretaria Municipal de Saúde – controle mensal da temperatura, armazenamento e uso de equipamento adequado (freezer fornecido pelo programa), Controle da qualidade do leite, avaliação nutricional das crianças. Secretaria Municipal de Assistência Social: Cadastramento no Cadastro Único para Programas Sociais.
Fornecimento de alimentação a usuários da Política de Assistência Social que participam dos programas, projetos e serviços desenvolvidos no CRAS Centro de Referência de Assistência Social.	Secretaria Municipal de Assistência Social		Federal Municipal	Atendimento ao usuário da política de Assistência Social: Famílias que participam do PAIF Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família que são beneficiárias do Programa Bolsa Família e SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: crianças e adolescente de 06 a 17 anos em situação de risco pessoal e social com fornecimento de lanches no período em que participam das ações.

Dentre as propostas da I e II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional que se relacionam com a primeira Diretriz são:

Diretriz 1 - proposta conferências:

Tema 1 - Desafio: Propostas: Implantação de projeto de hortas nas escolas para realização de atividades educativas com os alunos.;

Incentivo aos produtores locais para adequação da estrutura de produção com normas regulamentadas;

Ampliação da aquisição de produtos da agricultura familiar produzidos no Município.

**Diretriz 2 - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive de base agroecológica:**

<b>Programa/Projeto/Ação</b>	<b>Secretaria Responsável</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Fonte de Recursos</b>	<b>Comentário</b>
Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação escolar; Fomento à Agricultura Familiar em cumprimento a Lei Federal 947/2009 do PNAE. Aquisição de Gêneros alimentícios diversificados produzidos pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Federal	
Programa Estadual Leite das Crianças instituído por Lei estadual como um direitos de crianças de 6 a 36 meses de idade, com renda per capita de até 1/2 SM regional com objetivo de reduzir as deficiências nutricionais da população infantil.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria de Estado da Educação	Estadual Municipal	
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Instituído pelo artigo 19 da Lei Federal 10.696/2003 promove o acesso à alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.	Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente	Secretaria Municipal de Assistência Social	Federal Estadual	No Município, três instituições escolares recebem produtos da agricultura familiar.
Feira Livre para comercialização da atividade artesanal e hortifrutigranjeira	Secretaria Municipal de Agricultura.	Administração Municipal.	Municipal	A Feira Livre foi instituída pela Lei Municipal nº 1486, de 11 de maio de 2016. Está em fase de conclusão para

				início das atividades. Foram realizadas as mobilizações com os Agricultores Familiares, palestras e organização.
--	--	--	--	--

Propostas das Conferências que se relacionam com a Diretriz 2 são:

Eixo 1 -

- Incentivo aos produtores locais para adequação da estrutura de produção de acordo com as normas regulamentadoras.
- Assistência Técnica por pessoas com formação na área aos produtores rurais e incentivo e recursos para estruturação do agricultor.
- Construção ou adaptação do espaço de preparação de alimentos das escolas e melhoria no acesso para entrega dos produtos.
- Realização de feira municipal com produtos da agricultura familiar, com viabilização de local adequado, organização e formação dos agricultores.

**Diretriz 3 - Instituição de Processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada:**

<b>Programa/Projeto/Ação</b>	<b>Secretaria Responsável</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Fonte de Recursos</b>	<b>Comentário</b>
Formação em Educação Alimentar e Nutricional para cozinheiros, professores, educadores, pedagogos e diretores: Formação sobre a importância da realização de atividades de Educação Alimentar e Nutricional de forma permanente em sala de aula. Elaboração de material para ser entregue aos alunos.	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Saúde	Municipal	Formação abordando temas sobre Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada e Soberania Alimentar. Estudo sobre fatores relacionados sobre a obesidade em crianças. Programa Nacional de Alimentação Escolar (princípios, objetivos, ações e responsabilidades, elaboração de cardápios)
Qualificação através de capacitação às equipes de saúde em temas relacionados à Segurança Alimentar e nutricional.	Secretaria Municipal de Saúde		Municipal	Capacitação das equipes da Unidade de Saúde.

Promoção de práticas alimentares e estilo de vida saudáveis, participação e promoção de eventos para divulgação da segurança Alimentar e Nutricional no Município.	Secretarias Municipais de: Educação, Assistência Social, Saúde, Agricultura	Município e Sociedade Civil	Municipal	Participação de eventos, reuniões e encontros quando da realização das ações e oficinas das referidas secretarias, como reuniões de pais nas escolas, Serviços de Proteção e atenção integral à Família, programas da saúde.
Encontros intersetoriais para discussão e implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.	Secretarias Municipais de: Saúde, Assistência Social, Educação, Agricultura.	Município	Municipal	Reuniões periódicas para discussão e identificação de áreas de insegurança alimentar e nutricional e planejamento de intervenção.

Propostas das I e II Conferências que se relacionam com esta Diretriz são:

- Proposta do Eixo II:

- Mais atividades educativas e preventivas na área de alimentação por parte das Equipes de Saúde da Família - PSF. Ação: Atividades educativas e preventivas em alimentação.

- Reestruturação da Vigilância Sanitária garantindo condições físicas e de pessoal para acompanhamento mais efetivo dos locais que preparam refeições e maiores orientações à população. Ação: realização de concurso público para contratação mais profissionais - nutricionistas e técnicos em alimentação.

- Efetivação do controle e acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

- Realização de um diagnóstico no Município para levantar dados sobre hábitos alimentares da população, produção e consumo de alimentos, visando a elaboração de um plano municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de acordo com as demandas locais.

**Diretriz 4 – Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional, voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;**

<b>Programa/Projeto/Ação</b>	<b>Secretaria Responsável</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Fonte de Recursos</b>	<b>Comentário</b>
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Instituído pelo artigo 19 da Lei Federal 10.696/2003 promove o acesso à alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Podem comprar as instituições que fornecem refeições regularmente, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários e refeitórios de entidades assistenciais.	MDS MDA	Estados Municípios	Federal	Uma das modalidades do PAA, a Compra institucional, permite que estados, municípios e órgãos federais comprem alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação públicas.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação.	MDA	Secretaria Municipal de Agricultura	Federal	Facilita a execução das atividades agro-pecuárias, ajuda na compra de equipamentos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo.
Programa Nacional de Alimentação Escolar - Instituído pela Lei no. 11.947/2009, prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos - provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Assistência Social	Federal Estadual	Garantia de segurança alimentar e nutricional, bem como para o desenvolvimento local, geração de renda para os agricultores e o município, A compra é feita por meio de

				chamadas públicas, com dispensa de licitação. O Programa possibilita a aquisição de alimentos da agricultura familiar.
<p>Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O Pronatec campo qualifica trabalhadores por meio de cursos de educação profissional e tecnológica para jovens e adultos da área rural. É uma parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Educação (MEC). A ação faz parte do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).</p> <p>São ofertados cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, por meio da Bolsa-Formação Trabalhador e da Bolsa-Formação Estudante. Os cursos são baseados nos princípios da educação no meio rural e na integração entre educação e estratégias de desenvolvimento sustentável e solidário do campo.</p>	MDA MEC	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Federal Municipal	Pronatec Campo é voltado para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, assalariados e assentados da reforma agrária.

Propostas das I e II Conferências que se relacionam com esta Diretriz são:

- Proposta Eixo I: Ampliação da aquisição dos produtos da agricultura familiar produzidos no Município para além das escolas e venda também para outros locais que possuem restaurantes populares, cozinhas comunitárias. Ação: Ampliação no investimento desde produção até o consumo.
- Proposta do Eixo II:
  - Implantação de hortas comunitárias na área urbana, e incentivo à criação de hortas e pomares na área Rural. Ação: Incentivo ao consumo e a sustentabilidade em relação às frutas e hortaliças.
  - Melhorar o apoio técnico aos agricultores usando a capacitação e acompanhamento dos mesmos.

**Diretriz 5 – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional.**

<b>Programa/Projeto/Ação</b>	<b>Secretaria Responsável</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Fonte de Recursos</b>	<b>Comentário</b>
Atenção à Saúde Materno Infantil: SISPRENAL e rede de Apoio ao Aleitamento Materno.	Secretaria Municipal de saúde	Unidade Básica de Saúde	Federal Municipal	Cadastro e monitoramento das gestantes que realizam o pré-natal nas Unidades de saúde, com oferta de consultas e exames. Estímulo ao Aleitamento Materno.
Fiscalização de estabelecimentos que manipulam, fabricam e comercializam alimentos.	Secretaria Municipal de Saúde.		Federal Municipal	Ações educativas e de fiscalização por parte da Vigilância Sanitária na área de alimentos visando garantir a segurança alimentar e nutricional.
Monitoramento do estado nutricional de alunos da rede municipal de ensino.	Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Educação	Escola Municipal e CEMEI	Municipal	Aferição do peso e estatura dos alunos da rede municipal de ensino, através dos sistemas próprios.
Fornecimento de alimentação especial pelo Programa Nacional de Alimentação escolar.	Secretaria Municipal de Educação	Escola Municipal e CEMEI	Federal Municipal	Fornecimento de alimentação especial para alunos com doenças celíacas, intolerância à lactose, dislipidemia, fenilcetonúria, diabetes mellitus na escola Municipal e CEMEI.
Monitoramento da situação alimentar e nutricional por meio do SISVAN	Secretaria Municipal de Saúde	Unidade Básica de Saúde	Municipal	Cadastro, avaliação das medidas, registro de dados no SISVAN de crianças beneficiárias de programas

		Secretaria Municipal de Educação		sociais (Bolsa Família e leite das Crianças), escolares e gestantes.
Programa de prevenção e controle de carências nutricionais.	Secretaria Municipal de Saúde	Unidade da Saúde da Família	Federal Municipal	Identificação do público, cadastro, monitoramento e entrega de suplemento para combate à anemia ferropriva.
Programa Saúde na Escola. O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos à saúde e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino	Secretaria Municipal de Saúde e de Educação	Escolas Unidade Básica de Saúde	Federal Municipal	Instituído em 2014 o PSE foi constituído por cinco componentes: - Avaliação das Condições de Saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública; - Promoção da Saúde e ações de Prevenção de doenças e de agravos à saúde; - Educação Continuada e Capacitação dos Profissionais da Educação e da Saúde e de Jovens; Monitoramento e Avaliação da Saúde dos Estudantes; Monitoramento e Avaliação do Programa.
Promoção de Alimentação saudável em grupos específicos como hipertensos e diabéticos.	Secretaria Municipal de Saúde	Unidade da Saúde da Família	Municipal	Ações de educação Alimentar e Nutricional em grupos específicos (gestantes, crianças, pessoas com doenças crônicas – diabetes, hipertensão, obesidade, dislipidemias).

Propostas das I e II Conferências que se relacionam com esta Diretriz são:

- Propostas Eixo II:

- Monitoramento mais efetivo da situação nutricional da população com o acompanhamento dos casos necessários. Ação: Avaliação e monitoramento nutricional.

- Mais atividades educativas e preventivas na área de alimentação por parte das Equipes da Saúde da Família. Ação: Atividades Educativas e preventivas em alimentação.

- Capacitação permanente das Equipes da Saúde da Família na área de Segurança Alimentar e Nutricional, facilitando assim, o acesso direto à população para orientação.

**Diretriz 6 – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura:**

<b>Programa/Projeto/Ação</b>	<b>Secretaria Responsável</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Fonte de Recursos</b>	<b>Comentário</b>
Programa Nacional de vigilância da qualidade da água para Consumo Humano (Vigiagua).	Secretaria Municipal de Saúde		Federal	O Programa fornece subsídios para a estruturação da Vigilância da qualidade da água para consumo humano nas três esferas de gestão do SUS: secretaria de Saúde dos Municípios, estados e Ministério da Saúde. Analisa mensalmente os Relatórios de Controle da Qualidade da Água enviados pelos responsáveis pelo abastecimento coletivo.

Programa Cultivando Água Boa. Programa Municipal de incentivo aos Agricultores Familiares promovendo à Melhoria na qualidade de água através de proteção de fontes.	Secretaria Municipal de Agricultura	Secretaria de Infraestrutura	Municipal	Programa criado pela Lei Municipal nº 1363 de 16 de dezembro de 2013, priorizando o atendimento à famílias.
---	-------------------------------------	------------------------------	-----------	---

Propostas das I e II Conferências que se relacionam com esta Diretriz são:

- Propostas Eixo II: Promover análise de moléculas de Agrotóxicos da água.

**Diretriz 7 – Apoio às iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais.**

- Não se Aplica.

**Diretriz 8 – Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.**

<b>Programa/Projeto/Ação</b>	<b>Secretaria Responsável</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Fonte de Recursos</b>	<b>Comentário</b>
Controle de qualidade da alimentação escolar; garantia da oferta de alimentação de qualidade aos alunos; solicitação de amostras dos produtos fornecidos através de licitação por equipe técnica; supervisão periódica nas cozinhas escolares; verificação das boas práticas de manipulação de alimentos; avaliação pelas equipes das secretarias afins sobre os índices de acompanhamento nutricional dos programas, projetos e serviços desenvolvidos.	Secretarias Municipais de: Educação, Assistência Social, Agricultura e meio Ambiente.		Municipal	Apresentação de relatórios com índices para acompanhamento e planejamento das ações.
Implementação e consolidação da Política de segurança Alimentar e Nutricional no Município.	Secretarias Municipais afins.	Município e Sociedade Civil.	Municipal	Articulação e fortalecimento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e nutricional e da

				Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. Elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional e sua atualização.
--	--	--	--	--

Propostas das I e II Conferências que se relacionam com esta Diretriz são:

- Propostas Eixo II:

- Efetivação do controle e acompanhamento dos usuários do Programa Bolsa Família através da fiscalização das condicionalidades. Ação: Política educativa.

- Apoio das Instâncias Estadual e Federal para adesão ao SISAN no Município.

## **CAPÍTULO IV**

### **INDICADORES PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

#### **Definição dos mecanismos de monitoramento e avaliação do Plano**

– O monitoramento é entendido como a observação contínua de informações úteis, confiáveis e em tempo hábil para a correção de rumos. É o processo que fornece informações para analisar a situação de uma comunidade e seus projetos; determinar se os recursos públicos estão sendo bem utilizados; identificar problemas e encontrar soluções; informar se as atividades estão sendo executadas corretamente; utilizar lições de experiência e projetos anteriores; e avaliar se a maneira como o projeto foi elaborado é a mais apropriada para a resolução do problema em questão (BRASIL, MPOG).

A avaliação é a investigação profunda de uma determinada intervenção e envolve análise de informações obtidas por meio de monitoramento. Com a sociedade participando do monitoramento e avaliação, informações importantíssimas são repassadas para o governo, sendo de extrema importância para os objetivos do planejamento.

De acordo com o artigo 21 do Decreto nº 7.272/2010, monitoramento e avaliação devem ser constituídos de instrumentos, metodologias e recursos capazes de aferir:

- Atendimento dos objetivos e metas estabelecidas e pactuadas no PLANSAN;
- Grau de implementação;
- Realização progressiva do direito humano à alimentação adequada;

O Monitoramento e Avaliação deverá contribuir para o fortalecimento dos sistemas de informação existentes nos diversos setores que a compõem e o desenvolvimento de sistema articulado de informação em todas as esferas de governo e contempla as seguintes dimensões de análise:

I – Renda e condições de vida;

II – acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água;

III – saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;

IV – educação; e

**I – Renda e Condições de Vida:**

<b>Dimensão/Indicador</b>	<b>Agregação Territorial</b>	<b>Agregação Territorial</b>	<b>Agregação territorial</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Fonte</b>
Índice de Gini: da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento.	Brasil e regiões	Paraná e regiões.	Renascença	Anual	PNAD/IBGE
Índice percentual de Extrema Pobreza	Brasil e regiões	Paraná e regiões	Renascença	Decenal	IBGE
Razão entre a renda domiciliar per capita média dos chefes de domicílios negros e brancos	Brasil	Paraná	Renascença	Anual	PNDA/IBGE
Taxa de trabalho formal ( 16 anos ou mais)	Brasil	Paraná	Renascença	Anual	RAIS/TEM
Taxa de emprego formal da população negra	Brasil	Paraná	Renascença	Anual	RAIS/TEM
Taxa de emprego formal de mulheres	Brasil	Paraná	Renascença	Anual	RAIS/TEM
Índice de Desenvolvimento Municipal	-	Paraná	Renascença	Anual	IPDM/IPARDES

**II– Acesso à Alimentação Adequada e Saudável, incluindo a água:**

<b>Dimensão/Indicador</b>	<b>Agregação Territorial</b>	<b>Agregação Territorial</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Fonte</b>
Condições de Segurança Alimentar nos domicílios.	Brasil e regiões; sexo, cor ou raça; classe de rendimento domiciliar per capita; situação de domicílio.	Renascença	Anual	Componente Segurança Alimentar PNAD/IBGE
Percentual de gastos das famílias com	Brasil e regiões	Renascença	Anual	PAF/IBGE

alimentação total.				
Cobertura de abastecimento de água em áreas rurais	Brasil e regiões	Renascença	Anual	PNDA/IBGE

### III – Saúde, Nutrição e Serviços Relacionados:

Dimensão/Indicador	Agregação Territorial	Agregação Territorial	Periodicidade	Fonte
Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade	Paraná e regiões	Renascença	Anual	SESA-SISVAN
Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit de estatura para a idade	Paraná e regiões	Renascença	Anual	SESA-SISVAN
Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para a idade	Paraná e regiões	Renascença	Anual	SESA-SISVAN
Percentual de adolescentes com excesso de peso	Paraná e regiões	Renascença	Anual	SESA-SISVAN
Percentual de adultos com excesso de peso	Paraná e regiões	Renascença	Anual	SESA-SISVAN
Percentual de adultos com obesidade	Paraná e regiões	Renascença	Anual	SESA-SISVAN
Taxa de prevalência de excesso de peso	Paraná e regiões	Renascença	Anual	SESA-SISVAN
Taxa de mortalidade Infantil	Paraná e regiões	Renascença	Anual	MS
Contaminação de alimentos por agrotóxicos % de amostras irregulares	Paraná e regiões	Renascença	Anual	SESA/PARA
Monitoramento da água para consumo humano	Paraná e regiões	Renascença	Anual	SANEPAR

### IV – Educação

Dimensão/Indicador	Agregação Territorial	Agregação Territorial	Agregação territorial	Periodicidade	Fonte
Taxa de analfabetismo da	Brasil e regiões	Paraná e regiões	Renascença	Anual	PNAD/IBGE

população					
Distribuição de pessoas com 10 anos ou mais por grupo de anos de estudo	Brasil e regiões	Paraná e regiões	Renascença	Anual	PNAD/IBGE
Média de anos de estudo da população maior de 14 anos por raça e cor	Brasil e regiões	Paraná e regiões	Renascença	Anual	PNAD/IBGE
Percentual de investimento público direto em educação em relação ao PIB	Brasil e região	Paraná e região	Renascença	Anual	PNAD/IBGE
Razão entre taxa de alfabetização de negros e brancos para a população com 15 anos ou mais de idade	Brasil e região	Paraná e região	Renascença	Anual	PNAD/IBGE
Diferença entre média de anos de estudo para a população de 51 anos ou mais de idade de brancos e negros	Brasil e região	Paraná e região	Renascença	Anual	PNAD/IBGE
Índice de Desenvolvimento Municipal – Dimensão Educação		Paraná	Renascença	Anual	IPDM/IPARDES

## **CAPÍTULO V**

### **PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.**

As ações de apoio à implantação e o aprimoramento do SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no Município se dará por intermédio das parcerias com o Estado e CONSEAs – Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, Estadual e Municipal, visando proporcionar resultado de um amplo e participativo processo de concertação que expressa os anseios da sociedade, no que diz respeito à garantia do direito humano à alimentação adequada, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e as necessidades da administração pública para o aperfeiçoamento da gestão intersetorial.

A Consolidação da Intersetorialidade e da Participação Social na implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, é um dos princípios destas ações, visto que as ações de Segurança Alimentar e Nutricional perpassa outras políticas públicas.

Na área de Assistência social, no desenvolvimento dos serviços sociassistenciais, o desafio de criar uma metodologia de trabalho intersetorial e uma rede socioassistencial articulada e integrada, visando o acompanhamento e atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, agravada pela insegurança alimentar e nutricional, ainda é um desafio para o Município.

A integração da política de combate à fome com as políticas de transferência de renda e de assistência social, não se configuram em uma política capaz e eficiente para superar as necessidades básicas do ser humano como um todo, sem o envolvimento de outras políticas públicas.

Assim sendo, o planejamento no Município sobre a Segurança Alimentar e Nutricional deve envolver parcerias permanentes de educação e construção da intersetorialidade, visando superar práticas e ações fragmentadas, que podem levar a não obter um resultado satisfatório, quanto às garantias dos direitos do cidadão.

Neste contexto, o planejamento de políticas públicas municipais devem envolver setores, órgãos envolvendo os CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Saúde, Educação, emprego e renda, agricultura, cultura e lazer, meio ambiente, etc. e setores privados também como setor varejista de alimentos, setor de alimentação fora de casa, indústria, etc., a sociedade civil: cooperativas, associações, entidades comunitárias e religiosas, conselhos, etc.

Nesta perspectiva, é necessário a continuação de ações permanentes de educação alimentar e nutricional nas escolas, envolvendo alunos professores, funcionários, envolvimento da comunidade escolar.

O atendimento à alimentação especial para pessoas conforme ações já descritas nos quadros das ações.

**Lessir Canan Bortoli**  
**Prefeito**

**Idalir Zanella**  
**Vice-Prefeito**

**Coordenação Geral**  
Zuleide Rovani De Bona  
Secretaria de Assistência Social

**Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional**

Titulares:  
Zuleide Rovani de Bona  
Jovani Luiz Cenatti  
Keila Valandro  
Ana Maria Zanini

Suplentes:  
Kelsen Aline Kassburg  
Fabiana Debiasi da Costa  
Lurdes Southier Rissi  
Jéssica Ferreira

**Elaboração - Comissão CAISAN**

Kelsen Aline Kassburg - Secretaria de Assistência Social.  
Fabiana Debiasi da Costa - Secretaria de Saúde  
Jessica Ferreira - Secretaria de Educação  
Keila Valandro - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente  
Marcos Antonio Valandro - CONSEA  
Valdir Marafon - CONSEA.

## **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA**

### Conselheiros Titulares

Zuleide Rovani De Bona

Keila Valandro

Ana Maria Zanini

Valdir Marafon

Valdinei Schmidt Colla

Márcia Regina Fogaça Deola

Marcos Antonio Valandro

Ilda Ficanha

Noeli Terezinha Cavali Pacce

### Conselheiros Supelentes

Kelsen Aline Kassburg

Lurdes Southier Rissi

Jéssica Ferreira

Helvétia Maria Rother

Danieli Ronsoni barbacovi

Marcia Colella DallAgnol

Ivonete Crestani

Lurdes Pasqualotto

Aldo Zanella